

Projeto de Mestrado

Genocídio armênio: gênero e perspectivas geracionais na
diáspora de São Paulo

Mariana Boujikian Felipe

Orientadora: Laura Moutinho

São Paulo, 2017

1. RESUMO

O objetivo do presente projeto de pesquisa é analisar como o genocídio armênio (1915-23) é processado por diferentes gerações de mulheres descendentes de sobreviventes e pertencentes à diáspora localizada na cidade de São Paulo. Mais especificamente, trata-se de pensar como traumas culturais relacionados a graves violações de direitos humanos afetam a vivência familiar e as histórias de vida da comunidade armênia que não experienciou diretamente os massacres. O trabalho de campo deve se dar em continuidade com a pesquisa etnográfica desenvolvida desde 2015 no contexto de um projeto de Iniciação Científica, contemplando tanto entrevistas em profundidade no formato história de vida, quanto observação participante em situações de sociabilidade da comunidade estudada na capital.

2. APRESENTAÇÃO

Passado mais de um século desde os eventos iniciados em 1915, a questão daquele que ficou conhecido como genocídio armênio permanece em disputa. A população armênia reivindica até hoje que os massacres que ocorreram no Império Turco-Otomano durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) representam o primeiro genocídio do século XX. Segundo a comunidade, houve uma tentativa de extermínio premeditada pelo governo turco para acabar com a população que vivia como minoria étnica e religiosa no Império. De acordo com Rouben Paul Adalian, do *Armenian National Institute* em Washington, “Estima-se que 1,5 milhão de armênios pereceram nas mãos de militares turcos otomanos e forças paramilitares através de atrocidades intencionalmente infligidas para eliminar a presença demográfica armênia na Turquia”.

1

As autoridades turcas, por sua vez, se recusam a utilizar o termo “genocídio”, e alegam que houve uma quantidade de mortes significativas durante a guerra, mas que estas ocorreram graças a presença de armênios em regiões estratégicas, e não por causa de uma perseguição sistemática. Assim configura-se uma controvérsia histórica que coloca até hoje turcos e armênios em lados opostos, em uma luta acalorada pela narrativa oficial dos fatos: enquanto um lado associa as perdas humanas do período às adversidades de um país em guerra, o outro reivindica o reconhecimento oficial de uma limpeza étnica que vitimou seus antepassados.

A população que vive na Armênia e a diáspora – espalhada mundialmente - articulam-se para que os acontecimentos do período 1915-23 sejam reconhecidos como genocídio. A disputa política pelo uso desta nomenclatura gera uma forte movimentação por parte dos descendentes de sobreviventes, que mantém militância ativa para que o governo turco se responsabilize pelos acontecimentos passados. Suas manifestações surtiram efeito, pois o Vaticano e diversos países da União Européia e da América Latina também vem reconhecendo os eventos passados como genocídio.² O

¹ Disponível em <http://www.armenian-genocide.org/genocide.html>. (Último acesso: 29/09/2017)

² Disponível em <http://genocidioarmenio.com.br/historia/quem-reconhece/> (Último acesso: 29/09/2017)

International Association of Genocide Scholars, bem como outras instituições de pesquisa sobre o tema, condenam as tentativas de negar o genocídio armênio³.

O Brasil passou a fazer parte da história do povo armênio no início do século XX. A chegada ao país via porto de Santos e Rio de Janeiro é descrita na literatura sobre o tema como o passo seguinte de uma jornada marcada pela busca de abrigos: “(...) No período de 1924 a 1926 (...), quando grande número de imigrantes provenientes da Síria, Líbano, Egito e Turquia aportou em terras brasileiras. Eles eram sobreviventes do Genocídio Armênio de 1915 e num primeiro momento tinham conseguido refúgio nos orfanatos, hospitais e casas comunitárias mantidas por organizações armênias fundadas especialmente para dar abrigo e alimentar os armênios, estabelecidos em cidades como Beirute, Cairo, Jerusalém, Aleppo, Damasco”. (MARCARIAN, 2008. p. 110).

Apesar de ter recebido milhares de refugiados da referida nacionalidade, o país nunca utilizou oficialmente o termo “genocídio”⁴. Apenas três estados da federação (São Paulo, Paraná e Ceará) fazem esse reconhecimento oficial, por meio da aprovação de resoluções nas suas assembleias legislativas. Estima-se que hoje exista uma comunidade de 40 mil armênio-brasileiros. Passadas diversas gerações desde a imigração, muitos membros da diáspora paulistana são atuantes naquela que ficou conhecida como “causa armênia”: a luta por medidas oficiais de reparação, e pelo reconhecimento dos eventos como crime contra a humanidade.

Mesmo após o seu centenário, o genocídio e a sua negação geram consequências que transcendem a barreira temporal e ainda atingem essa população. A violência em massa, a perda de terras da Armênia histórica (hoje parte da Turquia moderna⁵), a imigração forçada e a conseqüente formação de uma diáspora parecem gerar uma série

³ Disponível em

http://www.genocidescholars.org/sites/default/files/document%09%5Bcurrent-page%3A1%5D/document%20IAGSArmenian%20Genocide%20Resolution%20_0.pdf (Último acesso: 29/09/2017)

⁴ Disponível em

<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/04/brasil-ainda-nao-reconhece-massacre-contra-armenios-como-genocidio> (Último acesso: 29/09/2017)

⁵ A chamada Armênia histórica compreende não só os limites da atual República da Armênia, mas também a Anatólia, região tradicionalmente habitada por essa população que acabou se tornando parte da Turquia moderna. Há um discurso comum dentro da comunidade: “*It’s western Armenia, not eastern Turkey*” (em tradução livre, “É Armênia ocidental, e não Turquia oriental”). Para ver a evolução das fronteiras e a perda de terras, acessar mapa disponível em

https://www.loc.gov/exhibits/armenian-literary-tradition/exhibition-items/Assets/ab0074_enlarge.jpg (Último acesso: 29/09/2017)

de questões ainda não solucionadas. Nas palavras de Papa Francisco, ao celebrar missa em homenagem à causa armênia, seria como se “uma ferida siga sangrando sem ser cicatrizada”⁶. O negacionismo, por sua vez, parece aprofundar esse mal-estar que se faz presente nas vidas e histórias familiares dos armênios em todo mundo - inclusive nos descendentes mais novos, que não vivenciaram diretamente o período de perseguição.

Diversos depoimentos atestam o impacto do genocídio na vivência da comunidade. Segundo o músico Daron Malakian⁷, membro da banda *System of a Down* - uma das maiores ativistas internacionais pela causa armênia - “é basicamente mal-estar espiritual”. Trata-se de um tema inacabado, já que “o genocídio armênio, como um crime contra humanidade político internacional, se tornou, pelo brutal constrangimento da história, uma parte inseparável da identidade nacional, do pensamento e consciência espiritual e mundo interno do povo armênio” (SVAZLIAN, 2000, p. 7).

Em depoimentos de parentes de sobreviventes, chama atenção a onipresença de 1915: “Houve uma época em que ter um filho homem era sinônimo de vingança contra os turcos. Tanto que existe um nome em armênio, ‘Vrej’, que significa “vingança”. É assim que o genocídio faz parte das nossas vidas, é em tempo integral” (FIGUEIREDO, 2007, p. 37).

Assim, as violações de direitos humanos que atingiram seus antepassados deixam uma marca não visível na vida da coletividade, pois as trajetórias de todas as gerações seguintes são afetadas de alguma maneira por estes eventos. Os relatos são infundados, pois “não há uma única família armênia que não sofreu perdas materiais ou humanas [...] e que não preservou memórias trágicas e reminiscências guardadas em sua memória histórica” (SVAZLIAN, 2000, p. 9).

Dentre os relatos que demonstram a continuidade dessa questão nos dias atuais, estão depoimentos coletados durante o projeto de pesquisa “Genocídio armênio:

⁶ Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150412_papa_genocidio_armenio_lab (último acesso: 26/04/2018)

⁷ Depoimento gravado para o documentário “Screamers” (2006), produzido pela banda e dirigido por Carla Garapedian. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QcsNMhYP378&t=3607s> (Último acesso: 29/09/2017)

perspectivas geracionais”, realizado no âmbito da graduação em Ciências Sociais (USP). Essa questão tornou-se visível em relatos emocionados acerca do passado, como o de uma filha de imigrantes armênios nascida no Brasil: “*Nada vai voltar, nada vai mudar, o sofrimento continua. Mas acho que as pessoas querem respirar, entendeu? Sabe dar aquele suspiro? Mas eu não sei... para mim, não sei se adiantaria muito.*”

O tema do genocídio e como ele é abordado por mulheres de diferentes gerações dentro de diversas famílias foi objeto de estudo em Iniciação Científica, realizada sob orientação da professora Laura Moutinho. O projeto centrou-se em mulheres de diferentes faixas etárias pertencentes a diáspora da capital.

A escolha por uma perspectiva feminina dentro da comunidade foi motivada pela particularidade das experiências das mulheres. Gênero é uma categoria operadora da diferença, “um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências”. Logo, “quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero.” (KOFES & PISCITELLI, 1997, p. 347).

No caso das armênias, registros históricos atestam situações específicas, marcadas pela violência sexual a que foram submetidas. Segundo o relato do renomado historiador britânico Arnold Toynbee: “Quando a população armênia foi retirada de suas casas, muitas das mulheres não foram mortas, mas reservadas a um destino mais humilhante. A maior parte das vezes elas foram tomadas por oficiais ou civis turcos, e enviadas para seus haréns. Outras foram vendidas no mercado [...]” (TOYNBEE, 1915, p. 10). Desse modo, há uma especificidade da situação da mulher em contextos de crimes contra humanidade e genocídios que não pode ser ignorada: “A humilhação de uma cultura através da violação sistemática de mulheres é o objetivo primário de estupro em massa durante conflito étnico” (RUBY, 2008, p. 292).

A questão da humilhação possui uma contra-narrativa, de modo que o assunto é comumente abordado através de um discurso que confere dignidade àquelas que foram vítimas de violência sexual. É perceptível em algumas falas a exaltação da mulher “honrada”, que prefere a morte ao estupro. Segundo uma armênia com quem conversei

em 2016, filha de um sobrevivente: *“Elas lutaram contra os turcos. Lutaram, não se entregaram.”*

A fala implica em uma sutil responsabilização das vítimas, pois apresenta a violência sofrida quase como uma escolha: “O ethos de morte antes da desonra” é até descrito (e honrado) em algumas de muitas músicas sobre a experiência genocida cantada por armênias sobreviventes no exílio:

Armenian girls going, going!

One day death will come upon us,

Before becoming the enemy’s wife,

Let us find our death in the Euphrates”

[BJØRNLUND, 2009, p. 28]

Essa busca por uma perspectiva feminina e geracional dos fatos situou a pesquisa dentro da área de marcadores sociais da diferença enquanto linha da antropologia social. O olhar da mulher armênia acerca do genocídio e de suas consequências norteou entrevistas realizadas com 12 mulheres de diversas faixas etárias, pertencentes a 5 famílias. O campo também contou com uma imersão em eventos típicos e situações de socialização, como: o ato do dia 24 de abril e as missas em homenagem aos mártires na Igreja Católica Armênia; atos no clube armênio em apoio a região de Nagorno Karabakh, e a noite da cultura armênia no Externato José Bonifácio.

Através deste breve mergulho na comunidade e na vida das depoentes, surgiram apontamentos que ainda devem ser investigados de forma mais aprofundada. Há indícios de que a distância temporal dos eventos facilita a elaboração do tema, de modo que a proximidade geracional dos eventos aparenta ser um entrave para o ato de rememorar 1915.

Alguns depoimentos demonstraram que a questão do genocídio parece ser permeada por dois tipos de enfrentamento: a verbalização do sofrimento, e o silenciamento, de modo que em algumas famílias havia pouquíssimas informações sobre o passado de violência, e em outras uma abundância de detalhes sobre as

situações trágicas que os levaram até o Brasil. É necessário averiguar se estas formas de se relacionar com o passado formam de fato padrões dentro da comunidade.

Por fim, a pesquisa trouxe outro indicativo que merece atenção em futuras investigações. Em suas falas, muitas mulheres definiram sua armenidade (SAPSEZIAN, 2010) por meio da história de sobrevivência dos seus parentes. A resistência de seu povo a situações adversas seria tida como uma qualidade própria dos armênios. Nas entrevistas, foi recorrente o discurso de que a mulher armênia tem como característica a capacidade de sobreviver a privações e reconstruir a sua vida. Uma das entrevistadas, imigrante pertencente a uma família que se deslocou por diversos países, elaborou uma definição do que seria a mulher armênia: *“Seria ser guerreira mesmo. Isso. Mulher armênia você tem que ser guerreira mesmo. Não sei se por causa de tanta migração que sofremos, assim, toda hora a gente migra. Mas isso, você sabe... como falam? - Tirar o pão da pedra. Você tem que ser isso”*.

Os padrões de comportamento em relação ao tema do genocídio dentro das famílias, a diferença geracional no tratamento da questão e as formulações das mulheres em torno das experiências traumáticas configuram algumas das questões levantadas após a primeira ida a campo. Em continuidade a esse trabalho inicial, pretende-se recolher novos depoimentos (formais e informais), e fazer uma etnografia em espaços da coletividade na capital para observar a narrativa e as posições discursivas de diferentes gerações de mulheres armênias sobre os acontecimentos de 1915 e a perda de seus antepassados.

O **objetivo** desse projeto de mestrado é entender como os eventos traumáticos - a perda e fuga dos seus ascendentes - atravessam as gerações e são elaboradas nas histórias familiares, possivelmente moldando as narrativas das mulheres armênias sobre seu povo e suas vidas. Por meio de um novo mergulho no campo, pretende-se aprofundar na questão do trauma cultural transgeracional (CHO, 2008). Tenciona-se, portanto, entender como os traumas ganham consistência na elaboração de narrativas sobre o passado ou na definição das interações concretas do presente, marcando a trajetória, a sociabilidade e a vida cultural armênia.

Para localizar esta proposta no contexto mais amplo da produção acadêmica sobre o tema - visando apresentar o conjunto de questões com o qual pretendo dialogar -, passo a análise da bibliografia acadêmica já produzida.

3. BALANÇO BIBLIOGRÁFICO.

Através de um levantamento realizado junto ao Banco de Teses da Capes⁸ procurei observar como essa temática vêm sendo abordada por pesquisadores das ciências humanas no âmbito da pós-graduação. Esse mapeamento mostra-se útil para dimensionar a ausência de pesquisas com esta abordagem dentro do campo, fornecendo parâmetros para avaliar a relevância e a originalidade do projeto proposto.

A palavra-chave “Armênia” nos leva a um conjunto de 9 teses produzidas em diferentes áreas de conhecimento e instituições, das quais apenas 1 se inscreve explicitamente no campo da Antropologia (contra 5 na História, 1 em Ciências da Religião, 1 em Ciência Política e 1 interdisciplinar, em Integração da América Latina). A produção escassa acerca do tema demonstra que o cenário acadêmico brasileiro pouco se debruçou sobre a questão armênia. Essa carência chama atenção, pois “passados 100 anos desde a chegada dos primeiros armênios, é possível afirmar que a comunidade está totalmente inserida na realidade nacional” (MARCARIAN 2008 p. 113).

Em relação à bibliografia já existente, alguns textos fornecem informações essenciais para compreensão do assunto. Nos estudos da questão armênia, diversos autores legaram vasto conhecimento histórico, em especial sobre o genocídio. Destacam-se Sapsezian (2010), autor de uma das maiores obras sobre o tema, “História

⁸ Pesquisa realizada por meio da ferramenta disponível em <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> (Último acesso: 29/09/2017)

da Armênia”. Já Svazlian (2000) é responsável por uma enorme coletânea, “*The armenian genocide: testimonies of eyewitness-survivors*”, que reúne um dos maiores acervos de depoimentos de sobreviventes. A leitura desta longa obra mostra-se relevante para a compreensão do impacto que o período teve nas famílias armênias. Concebido através de arquivos do principal instituto de pesquisa acerca do assunto, o Museu-Instituto do Genocídio armênio em Erevan, o livro é uma compilação de narrativas feitas por testemunhas oculares dos acontecimentos.

O casal Miller & Miller (1997) fez um trabalho com testemunhos inéditos de sobreviventes armênios da diáspora norte-americana, analisando suas histórias e dando atenção especial para a dificuldade de retomar a vida pós-1915. A questão do esquecimento aparece nos testemunhos como algo impossível, e surge no texto uma interessante metáfora sobre o genocídio como ato não finalizado: ele seria como uma fogueira, que mesmo depois de parar de queimar, continua através de suas cinzas. A qualquer momento, elas podem ser remexidas e acender novamente. A imagem evoca um assunto inacabado, e dialoga com as percepções de que a questão permanece em aberto para muitos membros da comunidade.

Stuart Hall (2003, p.33) menciona a dolorosa experiência da diáspora forçada em relação à sua terra de origem: “A terra não pode ser “sagrada”, pois foi “violada” – não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas.”

Debruçarei-me agora sobre alguns trabalhos que fornecem importante panorama sobre o tema mais específico em tela: a diáspora armênia presente no Brasil. As

pesquisas realizadas dentro da perspectiva historiográfica são de grande importância para compreender a presença armênia e sua longa trajetória até se consolidar no país⁹. Dentro deste espectro, destaca-se a produção de Silvia Paverchi, que detalhou em sua tese “Memória da diáspora armênia nos relatos de seus descendentes no Brasil e Argentina” (2016) a História da Armênia desde a Antiguidade (vida religiosa, formação do alfabeto, entre outros aspectos), até o seu fluxo migratório pós-genocídio para a América Latina, com destaque para Buenos Aires e São Paulo. Seu trabalho também se destaca pela realização de entrevistas com armênios dessas duas cidades - semelhantes às que realizei na Iniciação Científica - nas quais questiona membros das diásporas sobre suas histórias familiares e sua identidade. A autora destaca a questão da identidade coletiva dos descendentes, apontando que a memória pessoal presente nos depoimentos possibilita a identificação de uma memória partilhada e comum da comunidade.

Alessandra de Melo (2011) corrobora com a visão da imigração como um espaço de exercício da liberdade, um contraponto às dificuldades da vida que foi deixada para trás. A adaptação ao Estado-anfitrião é analisada como uma empreitada de sucesso. Em oposição às suas histórias trágicas de origem, aqui os armênios tiveram trajetórias de ascensão e conquistas: “E esta tão almejada liberdade, os armênios obtiveram no Brasil. Mesmo longe de sua terra natal, estes indivíduos adotaram o Brasil como sua segunda pátria e conseguiram viver com dignidade, a dignidade que lhes foi tirada o direito de ter no seu país de origem” (MELO, 2011, p. 360).

⁹ Para estudos acerca do processo de imigração armênia no Brasil, ver o trabalho de Heitor Loureiro: “O Comunismo dos Imigrantes Armênios em São Paulo (1935-1969)” (2012) e “Mascates, sapateiros e empresários: um estudo da imigração armênia” (2011)

Durante o campo, obtive o depoimento de uma imigrante armênia nascida em Istambul, que veio para o Brasil ainda pequena, em 1957. Seu relato corrobora a narrativa de sucesso na imigração: *“Uma coisa que era muito vivo, e que eu me lembro bem quando eu era criança, era que eles falavam com muito frequência. Era a alegria que eles tinham de estar num país livre onde eles podiam falar livremente o armênio. No ônibus, por exemplo. Eles voltavam para casa e falavam “Olha, a gente fala armênio e ninguém olha com cara feia pra gente. Isso não é uma maravilha?”*. Foi assim que os armênios “tornaram-se respeitáveis brasileiros sem esquecer a cultura, a língua e a história de seus ancestrais” (MARCARIAN, 2016, p. 109).

Apesar de curta, a produção antropológica disponível sobre o tema oferece subsídio para compreender a vida cultural armênia. Em sua dissertação “Construções e reconstruções da identidade armênia no Brasil (R.J. e S.P.)” Porto (2011) traz de forma detalhada descrições de costumes e instituições armênias do Rio de Janeiro e São Paulo, fornecendo um panorama geral de como essa comunidade se organiza nas duas cidades onde mais se concentra a diáspora no Brasil. Há uma caracterização de diversas entidades importantes para esta população, na qual se apresentam os ritos religiosos, cerimônias, festas, locais de sociabilidade, partidos, organizações civis e políticas, etc.

Destaca-se no seu trabalho o impacto do genocídio como narrativa comum nas trajetórias familiares dos membros da diáspora. Segundo o autor, há a predominância de certos discursos dentro da comunidade, de modo que “A memória coletiva exerce uma função primordial na preservação dos grupos e isso é especialmente marcante no caso de comunidades diaspóricas, que compartilham uma origem e, supostamente, uma determinada trajetória” (PORTO, 2011, p. 95).

Uma vez no exílio, a memória torna-se central na construção de uma identidade coletiva, pois além da língua e dos costumes, as lembranças dos eventos traumáticos e as experiências em comum também unem os imigrantes. Essa memória pode vir tanto das instituições (as igrejas e escolas) quanto do ambiente doméstico, que pode oferecer subsídio para a manutenção da identidade. Para o autor, a memória do genocídio é, portanto, elemento fundamental para que os indivíduos se sintam pertencentes ao grupo que compõem.

Porto também é autor do artigo "Os primeiros cristãos do mundo: pertencimento religioso e identidade coletiva na diáspora armênia." (2015), que traz uma característica particular da comunidade estudada: a sua relação com a religiosidade, em especial com o cristianismo que se tornou seu grande motivo de orgulho. Este estudo é significativo para compreender o objeto da pesquisa, pois foca justamente nos hábitos dos armênios paulistanos em relação a esse local de convívio onde o campo é realizado. Porto faz um descreve as quatro igrejas armênias de São Paulo, apontando como estes espaços institucionais tornaram-se ferramentas de aproximação entre os membros da diáspora. Segundo o autor, trata-se de um "espaço de socialização em que é reafirmado o pertencimento à comunidade, reforçando-se, dessa maneira, os liames que a mantém coesa." (PORTO, 2015, p. 158)..

Produções acadêmicas do exterior ajudam o entendimento da questão política por trás das rememorações do genocídio, associadas ao imaginário cristão. O artigo de Salas, "*El mártir armenio: la construcción política de una figura ejemplar después del genocidio (1915-1918).*" (2013) apresenta a figura do mártir como parte fundamental da política de resgate e memória acerca do genocídio, principalmente na diáspora. Para o

autor, esta imagem - do herói que morre de forma honrosa em nome da causa - auxilia diretamente na manutenção de uma identidade nacional, principalmente em países onde os armênios são uma pequena minoria imigrante. Ao longo do texto, ele argumenta que a ideia do mártir – forjada historicamente, atrelada à religiosidade cristã e guerreiros santificados em nome da fé - transformou-se e politizou-se para agregar mais significado ao 24 de abril (dia de rememoração do genocídio). Não à toa, os atos que acompanhei em São Paulo durante a Iniciação, bem como o monumento oficial do genocídio na Avenida Tiradentes, usam a palavra “mártir” no título.

Salas descreve a política de memória na diáspora, que utiliza o mártir como forma de qualificar e dar um cunho sagrado àqueles que morreram a partir de 1915. Para ele, “a tradição do mártir-herói é fonte de legitimidade.” (SALAS, 2013, p. 87). Além disso, a categoria serve como sustentáculo da criação de organizações em defesa da causa, e até de ações de jovens que se envolveram em atos terroristas na busca do reconhecimento internacional do genocídio.

Ao se apresentarem como vítimas de um crime contra a humanidade, os armênios colocam-se em posição de exigir do Estado apontado como criminoso e da comunidade internacional as devidas reparações ao seu sofrimento. Nesse caso, “a noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral à suas reivindicações.” (SARTI, 2011, p. 54)

Em “*Genocidio: silencio, justicia y transmisión*”, Laso (2010) centra sua análise no negacionismo turco como fator primordial para a perpetuação e transmissão do

trauma. A negação da existência de vítimas “torna impossível para os descendentes a elaboração desse trauma coletivo” (LASO, 2010, p. 12) de modo que “o negacionismo é um modo de prolongar e persistir o ato genocida, ao privar a morte simbólica.”. (LASO, 2010, p. 11) O luto torna-se impossível, pois o crime não foi reconhecido por seus perpetradores, os mortos nunca foram enterrados, e a dor não é processada.

Dentro das chamadas “catástrofes históricas”, a negação do crime é uma forma de separar ainda mais a vítima do resto do mundo, isolando-o dentro de uma situação de incompreensão, pois só ela foi parte de algo visto como terrível demais para ser real: “o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento acima referido de irrealidade da situação vivida. O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade.” [SELIGMANN, 2008, p. 75]

Por fim, há literatura produzida no exterior tratando da questão do trauma. Em relação ao conceito de trauma cultural, definições importantes provém do trabalho de Jeffrey C. Alexander, que em conjunto com outros autores, trata desse tema com exemplos ligados ao Holocausto ou o caso de afrodescendentes na sociedade norte-americana. Suas definições são de grande serventia para o estudo de comunidades marcadas por violência. O autor define a situação traumática como aquela em que “membros de uma coletividade sentem que forem sujeitados a um evento horrendo que deixa uma marca indelével na consciência do grupo, marcando suas memórias para sempre e mudando sua identidade futura de modo fundamental e irrevogável” (ALEXANDER, 2004, p. 1)

Desse modo, o trauma não ocorre apenas quando um grupo experiencia a dor, mas sim quando sofre um desconforto no centro de sua própria identidade. Representar um trauma envolve construir uma narrativa, um quadro de classificação cultural que mostre: a natureza da dor, da vítima, a relação do trauma com o público (população que não está envolvida no evento) e atribuição de responsabilidades. O autor descreve que ao longo do tempo, o trauma se objetificará em rituais, monumentos, museus, etc, sofrendo uma rotinização.

Workshops realizados com vítimas e seus descendentes nos EUA revelam alguns padrões de comunicação dentro de comunidades atingidas por tragédias. Em “*Generational Impact of Mass Trauma*”, Kalayjian e Weisberg (2002) descrevem a dificuldade de diversas gerações de armênios em abordar o tema do genocídio, evitando o assunto e as lembranças dolorosas que ele traz. Segundo seus dados, “(...) 50% dos participantes expressaram problemas com comunicação. Isso é consistente com descobertas em famílias judias pós Holocausto, em que alguns pais não falavam para proteger suas crianças” (KALAYJIAN & WEISBERG, 2002, p. 270).

A ausência de conversas apontada pelas estatísticas acima apareceu durante o campo. Em três famílias as histórias sobre as trajetórias dos familiares imigrantes em relação ao genocídio eram nebulosas, cercadas por mistério e esquecidas pelo tempo: “*Eu não me lembro de sentarem com a gente, contar uma história. Ao contrário. Eles deveriam fazer isso e eles não faziam. O que a gente sabia, porque a gente ouvia entre eles (...)*”. Nesses casos, a ausência de comunicação sugere a não resolução do trauma, que permanece nas gerações seguintes. Para as autoras, “Uma hipótese é de que a falta

de informação deixa um vácuo preenchido com fantasias horríveis” (KALAYJIAN & WEISBERG, 2002, p. 271).

Como se vê, a questão do genocídio armênio e da formação da diáspora foi visitada principalmente por historiadores. A questão do trauma ainda é pouco estudada, mas já produziu reflexões valiosas para compreensão do tema. A identidade da referida comunidade no Brasil - bem como a relevância dos acontecimentos passados como elemento aglutinador entre seus membros - foram abordados no estudo etnográfico realizado aqui. Ainda não há nenhuma abordagem sobre a construção das narrativas femininas da diáspora. Assim, a pesquisa realizaria uma articulação entre gênero, a reconstrução da vida social pós-genocídio e o trauma geracional. Imbricar esses recortes é o desafio e a proposta deste projeto.

4. INSPIRAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.

Dada a ausência de estudos que se aprofundem sobre a dimensão traumática da experiência armênia das mulheres, diversos trabalhos que se voltaram sobre mulheres em situações de conflito servem de inspiração para a pesquisa. Apesar de tratarem de realidades muito diversas, casos de violações de direitos humanos estudados sob perspectivas femininas oferecem importante arsenal teórico para análise.

Em seus relatos de campo, Veena Das (2007) dá inteligibilidade à Partição da Índia e suas consequências na vida cotidiana das pessoas comuns. Sua análise foca principalmente em momentos-chave da construção do Estado-nação, como o ano de 1947 e o assassinato de Indira Gandhi, abordando a violência em comunidades e vilas. Ao fazer um estudo antropológico sobre situações de conflito exacerbado, a autora se

aproxima da relação do sujeito com o mundo, analisando como os horrores vividos por uma população aparecem em suas memórias, narrativas e relações pessoais.

Chama atenção a ênfase dada ao processo de troca das mulheres que haviam sido raptadas durante o conflito entre hindus e muçulmanos, pois suas vozes foram completamente silenciadas durante o processo de paz para evitar que questões de honra fossem trazidas a tona e gerassem constrangimento para os homens. A autora mostra que apesar de estarem fora do processo político e de qualquer reparação formal, as vítimas procuraram lidar com a situação de forma particular, através de uma domesticação e ritualização cotidiana do sofrimento. Assim, quando verbalizar o que aconteceu não é uma possibilidade, constroem-se alternativas à vocalização da experiência traumática.

Das elabora uma espécie de teoria da violência na qual o silêncio e o ato de refazer a própria vida também expressam de alguma forma os atos violentos do passado: “Só poderia ser reparado permitindo uma descida ao mundo cotidiano como que se enlutando por ele. Recuperação não se centrava em um ato de vingança contra o mundo, mas em habitá-lo em um gesto de se lamentar por ele” (DAS, 2007, p. 77).

A autora também mobiliza a noção de “conhecimento venenoso”, uma espécie de informação subentendida e disseminada, pois aqueles que não sofreram os males têm um conhecimento subjetivo do sofrimento, mesmo que este não tenha sido verbalizado e exposto abertamente. É como se houvesse uma consciência que perpassa a vida familiar, pois até quem não viveu a violência diretamente sabe o que ocorreu com as mulheres com quem convive todo dia. Entre as armênios pude notar – tanto em pesquisa de campo quanto no ambiente familiar - uma relação semelhante, pois até quem não viveu

1915 está o tempo todo ciente de que seus pais, avós e bisavós passaram por situações de violência e privação extrema.

Grace Cho (2008) aborda a mesma questão usando a metáfora das figuras fantasmagóricas do passado. A autora se debruça sobre a diáspora coreana que mora nos EUA, delimitando um recorte de gênero para os traumas pós Guerra da Coreia (1950-53). Narrativas femininas, traumas entre gerações, e eventos violentos esquecidos pelo mundo são seus grandes temas. A perspectiva analítica na qual a violência aparece em diferentes gerações é definida pela autora: “não é suficiente dizer que a diáspora é transgeracionalmente assombrada pelos traumas não ditos da guerra; é constituída por esse fantasma” (CHO, 2008, p. 12).

Por fim, o trabalho de Moutinho em relação à África do Sul, tendo em vista o contexto do país pós-*apartheid*, serve de inspiração para compreender o rancor e a angústia que permeia a relação entre armênios e turcos. A questão do ressentimento e da tentativa de ultrapassar o passado violento entre os sul-africanos pode ser analisada como uma oposição ao caso armênio, de modo que os efeitos da Comissão da Verdade e Reconciliação podem explicar a diferença nos modos de lidar com o passado. A autora descreve como a política de conciliação de Nelson Mandela procurou atenuar rancores, “no sentido de produzir um efeito claramente terapêutico na elaboração das perdas, dos traumas e dos sofrimentos.” (MOUTINHO, 2012, p. 280). O processamento de um luto e a publicização do reconhecimento, abundantes na experiência sul-africana, seriam um elemento que falta para os armênios.

Desse modo, a confissão do comportamento causador do sofrimento mostra-se um ato importante para aqueles que se reconhecem como vítimas de um acontecimento

se sentirem legitimados em suas dores. Segundo a antropóloga Maria Claudia Coelho, “Confessar é sempre um ato de comunicação – comunica-se a outrem as próprias falhas. Assim sendo, o sujeito que confessa expõe-se à crítica do grupo, sujeitando-se nesse ato (ao menos do ponto de vista do esforço psíquico exigido pela confissão) a todo tipo de sanções.” (COELHO, 2009, p. 43).

Por fim, Moutinho também realiza análises que incluem questões geracionais, de raça e gênero, fornecendo uma visão ampla das particularidades discursivas de mulheres sul-africanas, e dando inteligibilidade a seus campos de negociação. Em seu trabalho, “as múltiplas narrativas do feminino (e seus agenciamentos) são compreendidas numa relação espaço-temporal específica” (MOUTINHO, 2009, p. 68).

Nesse sentido, a obra da autora dialoga diretamente com o objetivo do projeto, pois analisa falas de mulheres, de faixas etárias distintas, articulando-as com um passado de violações. Da mesma forma, esse projeto almeja verificar a fundo as hipóteses levantadas na Iniciação Científica, debruçando-se sobre o impacto do genocídio em diferentes gerações, e na construção da identidade da mulher armênia, que articula-se dentro do seu núcleo familiar e dentro da comunidade.

5. METODOLOGIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1) Ampla revisão bibliográfica na literatura das ciências sociais acerca de diásporas, traumas, guerras, conflitos civis e gênero

2) Trabalho de campo etnográfico junto a espaços da coletividade armênia da cidade de São Paulo. A entrada nestes meios já está consolidada, e um grande volume de observações vem sendo recolhido e registrado. Já possuo facilidade para circular pelos eventos, não só pela pesquisa já realizada, mas pela ascendência armênia do lado

materno. A convivência esporádica que possuo com a comunidade permite que eu vivencie situações de interação mais descontraídas, onde posso observar como as narrativas e percepções elaboradas na situação de entrevista (re)aparecem mais ou menos espontaneamente.

3) Realização, transcrição e análise de entrevistas em profundidade no formato história de vida. O projeto já conta com 10 horas de entrevistas realizadas com 12 mulheres. Todas as entrevistas foram transcritas, e a realização de novas entrevistas (com outras entrevistadas ou como complemento das entrevistas já realizadas) permanece como recurso para perscrutar problemas ou hipóteses elaborados a partir da análise do material já produzido ou da revisão bibliográfica.

4) Participação nas atividades do núcleo de pesquisa e dos alunos do programa de pós graduação, assim como acompanhamento e apresentação de trabalhos em simpósios, congressos, palestras e eventos acadêmicos.

Atividades / Períodos	03/18 a 08/18	09/18 a 02/19	03/19 a 08/19	09/19 a 12/19
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X
Trabalho de Campo e Entrevistas	X	X	X	
Participação nas atividades do Núcleo e dos alunos do programa de pós graduação	X	X	X	X
Participação em simpósios, congressos, palestras e eventos acadêmicos	X	X	X	X
Produção do relatório parcial		X		
Transcrição das entrevistas e organização do material		X	X	
Análise dos dados, produção da dissertação			X	X

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C., et al. "Cultural trauma and collective identity". Univ of California Press, 2004]

Björnlund Matthias. "A Fate Worse than Dying": Sexual Violence during the Armenian Genocide." *Brutality and Desire*. Palgrave Macmillan UK, 2009. 16-58.

CHO, Grace M. *Haunting the Korean diaspora: Shame, secrecy, and the forgotten war*. U of Minnesota Press, 2008. [Tradução livre]

COELHO, Maria Cláudia. Três Mulheres no Nazismo: reflexões sobre as fontes do comportamento moral. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, p. 13-48, 2009.

DAS, Veena. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos". *RBCS*, v. 14, n. 40, jun. 1999

DE MELO, Alessandra. A imigração armênia no Brasil. In V Congresso Internacional de História. 2011. Maringá. Anais disponíveis em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/119.pdf>

FIGUEIREDO, Renata Summa de. "Vozes armênias: Memórias de um genocídio." *Revista Ética e Filosofia Política – Volume 10 – Nº 1* (2007).

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: SOVIK, Liv (org.) *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KALAYJIAN, Anie S., et al. "Coping with Ottoman Turkish genocide: An exploration of the experience of Armenian survivors." *Journal of Traumatic Stress* 9.1 (1996): 87-97.

KALAYJIAN, Anie, and Ms Marian Weisberg. "Generational impact of mass trauma: The post-Ottoman Turkish genocide of the Armenians." (2002).

KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memórias de "histórias femininas, memórias e experiências". In: *Cadernos Pagu* (8/9) 1997: pp.343-354.

LASO, Eduardo. Genocidio: silencio, justicia y transmisión. In: *Aesthethika - revista internacional de estudio e investigación interdisciplinaria sobre subjetividad, politica y arte [on-line]*. Departamento de Ética, Política y Tecnología, Instituto de Investigaciones, Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.aesthethika.org/Genocidio-silencio-justicia-y>. ISSN 1553-5053

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. Mascates, sapateiros e empresários: um estudo da imigração armênia em São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH-Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, v. 1, p. 1-15, 2011.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. *Comunismo dos Imigrantes Armênios de São Paulo (1935-1969)*. Dissertação (Mestrado em História), PUCSP. São Paulo. 2012.

MARCARIAN, Mônica Nalbandian. Diáspora armênia no Brasil. *Revista de Estudos Orientais*, n. 6, p. 109-115, 2016.

MILLER, Donald E., and Lorna Touryan Miller. "Survivors: An oral history of the Armenian Genocide". Univ of California Press, 1993

MOUTINHO, Laura. "Experiências do feminino na África do Sul pós-apartheid: ambivalências, ressentimentos e (re) negociações." *Revista Diversitas* 1 (2013): 67-75.

MOUTINHO, Laura. Sobre Danos, Dores e Reparações: The Moral Regeneration Movement – Controvérsias Morais e tensões Religiosas na Ordem Moral Sul-Africana. In: Wilson Trajano Filho (Org.). *Travessias Antropológicas: Estudos em Contextos Africanos*. Brasília: ABA, 2012, pp:275/296.

PAVERCHI, Silvia Regina. Memória da diáspora armênia nos relatos de seus descendentes no Brasil e Argentina (cidades de São Paulo e Buenos Aires). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2016

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. "Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das." *cadernos pagu* 35 (2010): 357-369.

PORTO, Pedro Bogossian. "Construções e reconstruções da identidade armênia no Brasil (R.J. e S.P.)". 2011. 152 f. Tese (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2011

PORTO, Pedro Bogossian. "Os primeiros cristãos do mundo: pertencimento religioso e identidade coletiva na diáspora armênia." *Horizontes Antropológicos* 21.43 (2015): 157

RUBY Reid-Cunningham, Allison. "Rape as a Weapon of Genocide." *Genocide studies and prevention* 3.3 (2008): 279-296.

SALAS, Carlos Antaramián. "El mártir armenio: la construcción política de una figura ejemplar después del genocidio (1915-1918)." *LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos* 6.2 (2013): 83-105.

SAPSEZIAN, Aharon. História da Armênia. São Paulo: Emblema, 2010

Seligmann-Silva, Márcio. "Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas." *Psicologia clínica* 20.1 (2008): 65-82.

SARTI, Cynthia. "A vítima como figura contemporânea." *Caderno CRH* 24.61, 2011.

SVAZLIANS, Verjine. "The Armenian Genocide." Testimonies of the eyewitness-survivors. Yerevan: Gitutyun Publishing House NAS RA (2000)

TOYNBEE, Arnold Joseph. *Armenian atrocities: The murder of a nation*. London; Toronto: Hodder & Stoughton, 1915. [Tradução livre]